

A OESTE DO RIO GRANDE: HISTÓRIA AGRÁRIA EM SÃO BORJA (1850 – 1885)¹

TO THE WEST OF RIO GRANDE: AN AGRARIAN HISTORY IN SÃO BORJA (1850 – 1885)

Anderson Wegner²

Arlene Guimarães Foletto³

RESUMO

O Rio Grande do Sul, no século XIX, era uma província eminentemente rural. Ainda assim, os estudos de História Agrária, entendidos como a história econômica e social do mundo rural, estão apenas no começo, no que se refere ao espaço sulino. A partir da análise quantitativa de inventários *post-mortem*, mapeamos parte da estrutura agrária da região da fronteira oeste, mais precisamente o antigo Município de São Borja, no período de 1850 a 1885. Assim, foi possível chegar a algumas conclusões sobre o cenário produtivo “*A Oeste do Rio Grande*”. Quanto aos criadores, a grande maioria eram médios e pequenos produtores de gado vacum. Constatou-se a presença da lavoura de alimentos, concomitantemente à atividade criatória, em algumas das unidades produtivas. Percebeu-se, também que os estabelecimentos do antigo Município de São Borja recorriam com regularidade ao trabalho escravo.

Palavras-chave: unidades produtivas, criadores, trabalho escravo

ABSTRACT

Rio Grande do Sul in the 19th century was an eminently rural province. Even so, studies of the Agrarian History, understood as the economic and social history of the rural setting, are just at the beginning when it refers to the southern space. From the quantitative analysis of post-mortem inventories, part of the agrarian structure of the western frontier region was mapped, more precisely the ancient city of São Borja, from 1850 to 1885. Thus, it was possible to draw some conclusions about the productive setting “*To the west of Rio Grande*”. As for the cattlemen, a great number of them were medium or small raisers of *vacum* cattle. The presence of food farming was evidenced, together with the cattle raising activity, in some of the productive units. It was also noticed that establishments of the ancient city of São Borja regularly appealed for slave labor.

¹ Trabalho final de Graduação.

² Curso de História – UNIFRA.

³ Orientadora.

Key words: productive units, cattle raisers, slave labor.

INTRODUÇÃO

A história agrária vem sendo objeto de grandes discussões e novas descobertas, “nasceu”, nas primeiras décadas do século XX, de um encontro com a geografia humana, tendo de um lado, “o historiador preocupado em explicar as mudanças operadas pela ação do homem (grupos sociais) através dos tempos e, de outro, o geógrafo dedicado ao estudo da relação do homem com o meio físico” (CARDOSO & VAINFAS, apud LINHARES, 1997. p.165).

Esse tipo de estudo historiográfico tem suas raízes na história regional francesa, desenvolvida a partir das décadas de 1930 e 1940, que utilizava, metodologicamente, conhecimentos da geografia humana para traçar os perfis agrários regionais, utilizando-se dados que possibilitavam ser quantificados.

Dentro desse contexto, a historiografia argentina já se encontra em estágio avançado. Já nos contempla com uma produção bastante significativa, quanto ao estudo da estrutura produtiva e as relações sociais no universo agrário. A metodologia utilizada por esses autores tem raízes no marxismo e na história regional francesa.

Assim como os historiadores argentinos, os autores que se dedicam a pesquisar o sudeste brasileiro, já desenvolveram vários estudos sobre o universo agrário no século XIX. Utilizando diversas fontes como: inventários *post-mortem*, censos, registro paroquial de terra, processo de medição, autos de legitimação de posse e correspondência administrativa das câmaras municipais. Esta gama variada de documentação acrescida de hipóteses criativas, combinando a metodologia serial com análises qualitativas, possibilitaram várias descobertas significativas sobre o mundo rural dos oitocentos.

Porém, parte da historiografia gaúcha ainda tem descrito o Rio Grande do Sul do século XIX como um local privilegiado da criação de gado extensiva em grandes latifúndios, em geral com mão-de-obra livre. Apesar da importância central da produção pecuária na sociedade sul rio-grandense no século XIX, poucos são os trabalhos que se dedicaram em analisar as unidades produtivas, com a metodologia da história agrária regional.

Dessa forma, faz-se necessário estender o campo de investigação historiográfica, enquanto uma história econômico-social para o meio rural do Rio Grande do Sul. Era nesse espaço que se localizavam grande parte da população, produção e conseqüentemente as relações sociais do período.

Nesse sentido, este trabalho consiste em um estudo introdutório sobre a estrutura produtiva e o trabalho escravo nela envolvido em um dos municípios do oeste da Província do Rio Grande de São Pedro. Tal estudo foi viabilizado pelos inventários *post-mortem* da municipalidade de São Borja, no período entre 1850 a 1885.



Figura 1- Mapa com a localização dos Municípios existentes em 1880 no Rio Grande do Sul

Parte da estrutura produtiva do município de São Borja foi reconstruída com o auxílio dos dados retirados dos inventários *post mortem*. Pôde-se mapear, por meio de uma análise quantitativa, a importância econômica da diversidade dos rebanhos: bovino, eqüino, ovino e muar, bem como a classificação dos criadores em pequeno, médio e grande. Assim pudemos perceber a envergadura econômica dos criadores.

A mostra também nos possibilitou reconhecer o tipo de cobertura vegetal predominante nas propriedades locais. Foi possível constatar a exis-

tência da agricultura em algumas unidades produtivas, por meio dos equipamentos e/ou instrumentos agrícolas arrolados nos inventários. Dentre os bens semoventes estão classificados os escravos de propriedade do inventariado. Com isso, demonstraremos a presença da mão-de-obra escrava empregada nas atividades agrárias.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os estudos sobre História Agrária, no Rio Grande do Sul, durante o século XIX, ainda estão em fase inicial. Principalmente na região da fronteira oeste, mais precisamente em São Borja, no período de 1850 a 1885.

Já nos países platinos, os estudos em história agrária encontram-se em estágio avançado. A historiografia argentina apresenta uma produção bastante significativa quanto ao estudo da estrutura produtiva e relações econômico-sociais no universo rural.

Dentro desse contexto historiográfico, GARAVAGLIA, (1993) em um de seus trabalhos, merece destaque, entre outros autores e obras. No artigo "*Las estancias en la Campana de Buenos Aires: los medios de producción (1750-1850)*", GARAVAGLIA, (1993) faz um estudo detalhado das estâncias platinas a partir de dados recolhidos de inventários *post-mortem*. Abre uma discussão sobre a estrutura produtiva dos estabelecimentos quanto à posse da terra, à quantidade e tipo de gado e às fortunas de seus proprietários. A metodologia utilizada pelo autor tem raízes no marxismo e, sobretudo na história regional francesa, desenvolvida a partir das décadas de 1950 e 1960 e que utilizava conhecimentos da geografia humana para traçar os perfis agrários regionais, utilizando-se de dados quantitativos.

Quando se fala em história agrária, no Rio Grande do Sul, no século XIX, rapidamente vem à idéia construída pela historiografia tradicional. Autores como FRANCO, (1969) em "*A Campanha*" e XAVIER, (1969) em "*A Estância*", ambos, na obra, "*RS: Terra e Povo*", descrevem o passado do Rio Grande do Sul como a região dos pampas, um local por excelência destinado à atividade criatória, com grandes unidades produtivas, nas mãos de poucos e grandes proprietários. Quanto à mão-de-obra empregada na atividade criatória seria realizada por peões livres, diminuindo o peso da escravidão no Rio Grande do Sul.

Posteriormente, o trabalho de historiadores profissionais da década de 1980, como MAESTRI FILHO, (1984) em "*O Escravo Gaúcho*" e trabalhos paralelos às universidades como o de FREITAS, (19??) em "*O Mito da 'Produção sem Trabalho'*", desmistificaram a visão tradicional, demonstrando a presença do trabalho escravo no século XIX. Ambos trabalhos são

baseados, principalmente, em relatos de viajantes como Saint Hilaire em "*Viagem ao Rio Grande do Sul*" e outras fontes impressas. Mesmo esses autores acabaram por manter-se presos à idéia da existência somente de grandes latifúndios e sobre a utilização do trabalho escravo, eles afirmam que tal mão-de-obra era pouca utilizada na atividade criatória, restringindo-se mais às atividades nas charqueadas e nas atividades agrícolas de subsistência da própria unidade produtiva.

Em trabalhos recentes, como o de ZARTH, (1997) em sua dissertação de mestrado *História Agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)*, enfatiza-se o processo de apropriação de terras do planalto, a influência sofrida pelo mesmo em função da cobertura vegetal do Rio Grande do Sul (campos e florestas), a aplicação da Lei de Terras na região e a situação dos "lavradores nacionais". Deve-se destacar o autor por ser o primeiro a reconhecer a importância desse grupo rural (lavradores nacionais) na sociedade sul-riograndense do século XIX.

Do mesmo autor, outra obra destaca-se: *Do Arcaico ao Moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural no século XIX*, que busca estudar o contexto agrário gaúcho ao longo do século XIX. A obra traz propostas de análises inovadoras sobre o universo agrário do Rio Grande do Sul no século XIX, por meio de fontes como documentos administrativos, relatos de viajantes e inventários *post-mortem*. Entre outros municípios, ZARTH, (1997) trabalha com o Município de São Borja.

OSÓRIO, (1999), em *Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*, realiza um amplo estudo da história social e econômica do período colonial gaúcho. A autora emprega a quantificação, utilizando fontes empíricas de caráter homogêneo, para reconstruir parte do passado agrário do leste da Província de São Pedro. As conclusões dessa historiadora são diferentes do que já havia sido estudado, tradicionalmente, no Rio Grande do Sul colonial. Quanto às unidades produtivas, constata-se a existência de pequenas, médias e grandes propriedades. Concomitantemente com atividades criatórias uma grande relevância das atividades agrícolas de subsistência das unidades produtivas. Já em relação ao trabalho, ressalta-se a presença da mão-de-obra cativa mesmo no serviço ligado à atividade criatória.

Na dissertação de mestrado *Sobre as Cinzas da Mata Virgem: os lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845-1880)*, FARINATTI, (1999) faz um estudo agrário do tipo regional. Aborda as condições de existência e de produção, dos lavradores nacionais na sociedade gaúcha, especificamente no antigo Município de Santa Maria. O texto é uma análise dos grupos sociais do município, sua participação no

processo de apropriação das terras locais e na hierarquia social, com ênfase para os lavradores nacionais. Para a realização desse trabalho, o autor utilizou fontes como inventários *post-mortem*, registros paroquiais de terras, autos de legitimação de posse e relatos de viajantes.

No que tange, mais especificamente, à antiga área do Município de São Borja as pesquisas historiográficas têm, até o momento, dado ênfase apenas a uma abordagem positivista com embasamento principalmente, em relatos de viajantes e, o município de São Borja é uma região de fronteira, em que os limites são permeáveis e mostram outra realidade, este é um cenário propício para um novo estudo histórico. Nesse sentido, busca-se realizar um estudo de História Agrária na Província do Rio Grande do Sul, no século XIX, na fronteira oeste, dando ênfase aos tipos de produções agrárias e ao trabalho escravo presente em São Borja no período de 1850 a 1885, a partir, dos inventários *post-mortem*.

METODOLOGIA

Nosso estudo consiste em uma análise econômico-social das unidades produtivas, na Província do Rio Grande do Sul, durante o século XIX, na fronteira oeste, a partir dos inventários *post-mortem*, do antigo município de São Borja no período de 1850 a 1885 que serão analisados de cinco em cinco anos. Pela riqueza de análises que seus dados proporcionam, os inventários *post mortem* são fontes recorrentes no estudo da história do mundo rural.

Realizados, quando do falecimento de alguém, os inventários tinham por objetivo (como até hoje têm) o arrolamento e avaliação de bens, o levantamento de herdeiros e a partilha dos bens entre os mesmos. Assim, nos processos, encontramos informações referentes ao número de filhos; aos bens de raiz que vêm a ser as terras, casas e terrenos; os bens semoventes, que são os animais e os escravos; os móveis, instrumentos e equipamentos agrícolas; as dívidas ativas e dívidas passivas; e, por fim, o monte-mor que era o patrimônio total do inventariado. É possível, a partir dessas informações, montar o quadro de parte dos grupos sociais agrários de uma determinada região. Por conterem informações constantes em todos os processos, os dados dos inventários prestam-se também para a análise em série.

Por serem fontes de caráter homogêneo, os inventários *post-mortem* permitem que os dados possam ser tratados quantitativamente. Por meio de tal metodologia de pesquisa, foi possível reconstruir parte da estrutura produtiva do antigo Município de São Borja entre 1850-1885. A partir de trabalhos como este, em um futuro próximo, poderemos mapear o universo agrário da Província do Rio Grande do Sul no século XIX.

DIVERSIFICAÇÃO DO REBANHO E CLASSIFICAÇÃO DOS CRIADORES

Os trabalhos sobre o mundo rural induziam-nos a imaginar que os criadores sul-rio-grandenses dedicavam-se, quase que exclusivamente, à criação de gado vacum. A partir da análise dos rebanhos de cada unidade produtiva, pôde-se constatar a diversidade de animais que vinham a compor tais rebanhos⁴.

Tabela 1- Diversificação do Rebanho

ANIMAIS	TOTAL	% DO REBANHO
Vacum	22.904	54,9
Equino	11.881	28,4
Ovino	5.729	13,7
Muar	1.191	2,8
Total do Rebanho	41.705	100,0

Fonte: Inventários de Órfãos e Ausentes. São Borja (1850-1885).
Maços: 2,3,4,5,7,9,12,14,15,16. APRS.

Com base na tabela 1, pode-se perceber a diversidade do rebanho encontrado nos inventários *post-mortem* para a região de São Borja. O predomínio do rebanho vacum 54,9% dos animais da amostra demonstra sua importância econômica devido ao charque e ao couro. Tal rebanho deveria ser o de maior rotatividade entre os criadores. O rebanho equino representa 28,4% da mostra, sua utilidade tanto poderia ser como meio de transporte, como meio de manejo do rebanho vacum. Já o rebanho ovino representa 13,7% dentre os animais do município, e mostra-se como uma atividade complementar, utilizada como fonte de alimentação e/ou, para a retirada de lã. Pois a partir da década de 1857, com a criação da linha setentrional da Argentina, essa produção de lã passa por uma especialização na região para ser escoada para os países platinos⁵. O rebanho muar representa apenas 2,8% da amostra, e sua importância econômica deveria ser pequena. No entanto, tudo nos leva acreditar que o rebanho muar possuía alta rotatividade entre os criadores, por isso, sua pequena frequência nos inventários. Já sua utilização poderia ser feita tanto como meio de transporte, como meio de tração.

Podemos perceber então que a economia no Rio Grande do Sul no século XIX, estava voltada em sua maioria à atividade criatória, principal-

⁴ Realizei a análise dos inventários post-mortem do antigo Município de São Borja, entre 1850 e 1885, selecionou os inventários de 5 em 5 anos, totalizando 72 processos.

⁵ GUAZZELLI, César Barcelos. WASSERMAN, Cláudia. 1996. História da América Latina: do descobrimento a 1900. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.

mente ligada ao rebanho vacum com maior importância econômica que os outros rebanhos.

A análise acima nos demonstrou a diversidade dos rebanhos na região estudada. No entanto, não se pode negar que o rebanho vacum era predominante. Assim, a classificação de tal rebanho nos permitirá estabelecer a hierarquia econômico-social dos criadores de gado no antigo município de São Borja durante a segunda metade dos oitocentos. Passaremos então a classificar os criadores da região de São Borja no período de 1850 a 1885 pela quantidade de reses.

Quando pensamos em criadores de gado vacum na Província do Rio Grande do Sul no século XIX, rapidamente vem à imagem solidificada dos grandes criadores. Esses criadores, às vezes detinham poderes políticos e militares. Porém, é preciso muita atenção para não estender o estereótipo de grande criador para todos os criadores sul-rio-grandenses. Na região de São Borja, no período de 1850 a 1885, além dos grandes criadores, existiam também os pequenos e médios criadores. Na mostra de inventários *post-mortem* locais, pode-se perceber essa diversidade.

Tabela 2- Classificação dos Criadores

	Número de Inventários	% Nº de Inventários	Total de Reses	% Total de Reses
Mais de 1.000 reses	4	5,6	7.376	32,2
501 a 1.000 reses	12	16,7	8.515	37,2
101 a 500 reses	24	33,3	5.918	25,8
Menos de 100 reses	26	36,1	1.095	4,8
Sem reses	6	8,3	0	0,0
TOTAL	72	100,0	22.904	100,0

Fonte: Inventários de Órfãos e Ausentes. São Borja (1850-1885).

Maços: 2,3,4,5,7,9,12,14,15,16. APRS.

A partir dos dados acima, denominaremos que os criadores que possuem acima de 1.000 reses são classificados de grandes criadores, que, no caso de São Borja representavam a minoria. Apenas 5,6% no total de inventários analisados, porém essa pequena elite de grandes criadores detinha grande parte do rebanho vacum representada por 32,2%, demonstrando assim, a existência de uma desigualdade e uma concentração do rebanho. Tomaremos como exemplo o inventariado José Francisco Fraga⁶, que possuía 2.080 reses, 508 cavalares, 41 mueres e 990 ovelhas.

⁶ Cartório de Órfãos e Ausentes, São Borja, Nº: 144, Ano: 1860. Maço: 5.

Os criadores que possuem de 501 a 1.000 reses são classificados de médios criadores, e representam 16,7% sobre total de inventários, detendo 37,2%, a maioria do rebanho vacum. Utilizaremos a inventariada Manoela Alves Antunes⁷ para melhor demonstrar a importância do rebanho vacum. Essa inventariada detinha um rebanho de 622 reses, 395 eqüinos, 235 ovelhas e 28 muares.

Aqueles criadores que possuem de 101 a 500 reses são classificados de pequenos criadores, representam 33,3% no total de inventários, um número bastante significativo dentro da amostra, que tem, em suas mãos, 25,8% do rebanho vacum. Para exemplificar essa faixa de criadores, utilizaremos o processo da inventariada Joaquina Hippolita Pereira⁸, que possuía 455 reses, 257 eqüinos, 52 ovelhas e 12 muares.

Já os criadores com menos de 100 reses representam 36,1% no total da amostra, ou seja, a grande maioria de criadores no universo total de inventários analisados, detêm apenas 4,8% do rebanho total. Tomaremos como exemplo o inventariado João Francisco Fraga⁹, que possuía 50 reses, 210 eqüinos e 16 muares. Percebe-se também a existência daqueles que não possuem reses que representam 8,3% no total de inventários analisados.

Essa distribuição do rebanho vacum modifica bastante a visão da historiografia tradicional, composta quase que exclusivamente por grandes unidades produtivas ligadas à atividade criatória¹⁰. Existiam sim, grandes unidades criatórias, nas quais estavam 32,2% do rebanho vacum. No entanto junto a essas unidades, encontram-se as médias unidades que detinham 37,2% do rebanho, as pequenas unidades que detinham 25,8% do rebanho, e há aquelas unidades que possuíam menos de 100 reses, com apenas 4,8% do rebanho vacum, que, com certeza, não viviam apenas da atividade criatória. Pôde-se constatar, que os pequenos criadores eram mais de dois terços dos produtotres inventariados, mas detinham apenas um terço do rebanho.

TERRAS E MEIOS DE PRODUÇÃO

A pecuária representou, durante todo o século XIX, a principal atividade econômica da fronteira oeste no Rio Grande do Sul. Dentro dessa visão, as unidades produtivas passaram a ser encaradas como estabelecimentos de exclusividade pastoril. No entanto, seus proprietários tentavam

⁷ Cartório de Órfãos e Ausentes, São Borja, N°: 92, Ano: 1855. Maço: 3.

⁸ Cartório de Órfãos e Ausentes, São Borja, N°: 87, Ano: 1855. Maço: 3.

⁹ Cartório de Órfãos e Ausentes, São Borja, N°: 54, Ano: 1850. Maço: 2.

¹⁰ Sérgio da Costa Franco em "A Campanha" e Paulo Xavier em "A Estância", ambos na obra "RS: Terra e Povo", descrevem o passado do Rio Grande do Sul como, sendo a região dos pampas um local por excelência destinado a atividade criatória com grandes unidades produtivas nas mãos de poucos e grandes proprietários.

manter a auto-suficiência alimentar em suas unidades criatórias. Nesse subtítulo, analisaremos os criadores que possuíam ou não terras, e também a presença ou não de instrumentos agrícolas. Assim, poderemos perceber a prática da agricultura como atividade de subsistência ou como, talvez, uma produção destinada ao mercado local.

Nos inventários *post-mortem* consta a discriminação do tipo de terras em relação à cobertura vegetal predominante. Em obra importante, Paulo Afonso Zarth destaca a importância da cobertura vegetal do território, com predominância de campos e florestas, e o tipo de atividade que se desenvolvia no Rio Grande do Sul do século XIX (ZARTH, 1997). Na amostra, havia inventariados que possuíam áreas de terras de campos, e aqueles que possuíam terras de campos e de matos. Não foi encontrado nenhuma propriedade exclusiva de terras de mato.

Tabela 3- Terras

CRIADORES GADO VACUM (CABEÇAS)	TERRAS DE CAMPOS	TERRAS DE MATOS	TERRAS DE CAMPOS E MATOS
Mais de 1.000 reses	4	0	0
501 a 1.000 reses	10	0	2
101 a 500 reses	16	0	2
Menos de 100 reses	15	0	5
Sem reses	4	0	0
TOTAL	49	0	9

Fonte: Inventários de Órfãos e Ausentes. São Borja (1850-1885).
Maços: 2,3,4,5,7,9,12,14,15,16. APRS.

Os criadores que possuem mais de 1.000 reses (quatro criadores no total) foram classificados de grandes criadores. Foi possível perceber que os grandes criadores possuíam somente terras de campos. Já, dentre os médios criadores 500 a 1.000 reses, dez criadores possuíam somente terras de campo e dois criadores terras de campos e matos.

Por sua vez, os criadores que tinham entre 100 a 500 reses, os pequenos criadores representavam 33,3% no universo total de inventários analisados. Número esse bastante significativo. Dezesesseis destes criadores possuíam terras de campo, outros dois criadores possuíam terras de campo e mato. Já seis destes inventariados não possuíam terras.

Os criadores, com menos de 100 reses, representam 36,1%, ou seja, a grande maioria no total da amostra de inventários analisados. Dentre estes, quinze inventariados possuíam terras de campo, cinco possuíam terras de campo e mato. Já seis desses inventariados não possuíam terra alguma, entre seus bens arrolados.

Podemos pensar que os oito criadores, que não possuíam terras deveriam ser arrendatários, agregados, capatazes ou peões. Esses dois últimos deveriam ser empregados em algum estabelecimento de criar e poderiam receber algumas reses como forma de pagamento. Podemos supor também, que estes pequenos criadores tinham algumas reses apenas para o consumo doméstico, enquanto sua principal atividade de subsistência poderia ser o cultivo de gêneros agrícolas.

Dentro da amostra total dos inventários, 8,3% dos inventariados arrolados não possuíam reses. Porém quatro destes, possuíam terras de campo, e provavelmente deveriam dedicar-se ao cultivo de alimentos. Por fim, dois destes não possuíam terras nem animais. Para exemplificar o caso destes inventariados que não possuíam terras nem animais, utilizaremos o inventário de Estevão Franco¹¹, pela quantidade de dívidas que constam em seu inventário, este poderia ser um comerciante.

Ao contrário da visão tradicional que “mitificava” os campos gaúchos, afirmando que todas propriedades sulinas tinham enormes extensões e eram usadas, exclusivamente, para a criação de gado *vacum*, a amostra de inventários nos forneceu uma outra perspectiva de tal realidade. Dentre os inventariados, foi possível constatar, também, a presença da agricultura de alimentos. A tabela 4 exibe a freqüência com que os meios de produção, relacionados à agricultura, estavam presentes em algumas das unidades produtivas.

Tabela 4- Meios de Produção

<i>MEIOS DE PRODUÇÃO</i>	<i>NÚMERO DE UNIDADES PRODUTIVAS</i>	<i>TOTAL DA AMOSTRA</i>
Bois	52	668
Carreta	36	70
Machado	24	46
Enxada	11	29
Foice	9	17
Forno	6	7
Moinho	5	7
Atafona	3	3
Arado	1	2
Engenho	1	1

Fonte: Inventários de Órfãos e Ausentes. São Borja (1850-1885).
Maços: 2,3,4,5,7,9,12,14,15,16. APRS.

¹¹ Cartório de Órfãos e Ausentes, São Borja, N^o: 138, Ano: 1860, Maço:5.

Se considerarmos que cada inventário post-mortem analisado é uma unidade produtiva como já fez Helen Osório¹², pode-se perceber, a partir da tabela, a frequência dos meios de produção relacionados à agricultura.

Os bois mansos eram utilizados como animal de tração para carretas, atafonas e arados são um dos indicativos da prática de agricultura. Na região de São Borja, no período de 1850-1885, estes animais estavam presentes em 52 unidades produtivas. Exatamente a metade da mostra, em 36 inventários aparecem carretas, necessários ao transporte da produção, e o total de inventários analisados são 72 inventários *post-mortem*.

Aparecem também, na mostra, os machados, enxadas e foices instrumentos com certa frequência nessas unidades produtivas, porém por serem instrumentos genéricos, “que por si só não seriam suficientes para indicar práticas agrícolas” (OSÓRIO, 1999, p.149). Mas cruzando os dados com outras informações, pode-se constatar a presença destes instrumentos associada à agricultura.

Constatou-se a presença, em menor número, dos fornos de cobre que eram utilizados no preparo da farinha de mandioca. Também aparecem os moinhos (“de mão” ou “mecânicos”), e as atafonas utilizadas para a moagem do trigo, mas também com algumas referências à ralação da mandioca. O arado e o engenho são citados em apenas duas unidades produtivas. Apesar da incidência ser pequena desses instrumentos citados acima, é um número considerável para a região.

A partir do cruzamento dos dados das tabelas 3 (*Terras*) e 4 (*Meios de Produção*), podemos perceber que as grandes unidades produtivas eram especializadas mais na atividade criatória.

Na faixa dos médios criadores, a interpretação das fontes nos leva a deduzir que, apesar de somente serem dois os inventariados que possuem terras de campos e terras de matos, há talvez um pequeno complemento na atividade criatória, com as terras de matos; talvez com a agricultura. Praticada-se a queimada para se utilizar essas terras, ou até mesmo utiliza-se os matos para retirada de madeira para a construção, ou até mesmo, para lenha.

Os criadores classificados como pequenos, são proprietários de suas terras. Dezesesseis desses criadores possuíam terras de campos e apenas dois possuíam terras de matos. É dentro dessa faixa de inventariados que os instrumentos agrícolas aparecem com maior frequência. Portanto, pode haver, mesmo que pequena, uma percentagem de unidades produtivas mistas, utilizando-se tanto da atividade criatória quanto da agricultura de subsistência, algumas unidades exclusivas na produção de alimentos.

Entre os criadores que possuem menos de 100 reses, quinze possuem terras de campos e cinco possuem terras de campos e terras de matos. Os

¹² OSÓRIO, Helen. Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1937-1822. Niterói. Tese (Doutorado em História). UFF, 1999. p. 36.

indícios de agricultura aparecem com certa frequência. Esses criadores em momentos de dificuldades com a atividade pecuária poderiam colocar a produção agrícola como atividade principal da unidade produtiva, como constatou Luís Augusto Farinatti, para região de Santa Maria, nos oitocentos: “Além de atividade complementar à criação, a lavoura de alimentos, no caso dessas unidades produtivas mistas, desempenhava, também, um papel de *retaguarda* da produção pecuária. Quando essa estivesse em dificuldades, a produção agrícola de alimentos poderia mesmo colocar-se como atividade principal da unidade produtiva, gerando pequenos excedentes para comercialização” (FARINATTI, 1999, p.67).

Na mostra de inventários estudada aparecem aqueles que não possuem reses. Dentre esses proprietários, que aparecem na mostra, um inventariado¹³ possuía casa na cidade e terras de campos. Esse proprietário poderia arrendar suas terras tanto para a atividade criatória como para agricultura, ou tendo esta outra atividade com a ajuda de um agregado ou lavrador que prestariam serviços também em outras unidades produtivas. Por não possuírem reses, os outros três inventariados podem utilizar-se da agricultura de subsistência com a utilização do trabalho familiar, ou ainda servirem como mão-de-obra nos períodos de acúmulo de trabalho.

Assim, pode-se perceber uma realidade um pouco adversa à estudada e declarada pela historiografia tradicional na região da fronteira oeste no século XIX. Destaque-se, nesse contexto, Paulo Afonso Zarth. Ele foi o primeiro historiador a mostrar a importância da cobertura vegetal do território, com predominância de campos ou florestas, como fator de influência no processo de apropriação das terras do Rio Grande do Sul e nas atividades produtivas que ali se desenvolveram (ZARTH, 1997).

O TRABALHO ESCRAVO

A utilização da mão-de-obra escrava na atividade criatória tem sido objeto de discussão na historiografia sobre o Rio Grande do Sul, mas tal discussão pouco avançou em função das fontes analisadas para o contexto rural sul-rio-grandense, pois se consultou, quase que exclusivamente, os relatos de viajantes¹⁴. Destaque-se, Paulo Afonso Zarth que constatou a existência de escravos campeiros ao lado de roceiros e domésticos nos estabelecimentos rurais do Rio Grande do Sul durante o século XIX (ZARTH, 1994).

A historiografia mais recente tratou de mostrar a presença dos escravos na sociedade gaúcha, uma tarefa muito simples diante das evidências e fontes documentais existentes nos arquivos regionais. Porém, mesmo supe-

¹³ Cartório de Órfãos e Ausentes, São Borja, Nº: 83, Ano: 1855, Maço: 3.

¹⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821. Belo Horizonte. Itatiaia. São Paulo. USP. 1974.

rada aquela visão inicial, os historiadores recentes encontram dificuldades para caracterizar o papel da escravidão no Rio Grande do Sul no século XIX.

Décio Freitas, em um artigo em que percebe a grande necessidade de trabalhadores para as unidades produtivas, e se contrapõe ao que chama de “*mito da produção sem trabalho*” na criação de gado, acaba por negar maior importância ao trabalho escravo na atividade pecuária, na qual vê a preponderância maciça do trabalho livre. Escreve: “No pastoreio, seria preciso colocar um feitor ao lado de cada escravo pastor, já que, sem a vigilância e a supervisão, o mesmo, obviamente, trabalharia pouco e mal, usando, com toda a probabilidade, o cavalo para fugir através das dilatadas, indivisíveis e desocupadas campanhas, cruzando a raia em busca de uma liberdade assegurada em terras platinas” (FREITAS, apud. FARINATTI, 2002, p. 03).

Já, Mário Maestri cuja obra é uma das principais referências para a história da escravidão local, acaba por referir que, nas unidades produtivas gaúchas, os escravos eram empregados apenas na agricultura de alimentos e não na atividade pecuária. Para tanto, utilizou relatos de viajantes europeus.

Em grande escala, os argumentos dos historiadores em relação à presença de escravos nas unidades produtivas estão baseados nas informações dos viajantes europeus do século XIX, como já mencionamos acima. Para aprofundar o estudo sobre o trabalho escravo nas unidades produtivas da fronteira oeste na região de São Borja no período estudado (1850-1885), procuramos reunir elementos dos inventários *post-mortem*. Essas fontes nos fornecem a quantidade de escravos presentes em cada unidade produtiva, além de elencar, em três dos inventários da amostra a ocupação do escravo. Analisaremos primeiramente, o número de unidades produtivas com escravos, e, após, o total de escravos e a média de escravos por unidade produtiva, a partir das faixas de criadores.

Tabela 5- Mão-de-obra nas unidades produtivas

Criadores de Gado Vacum	Nº de Unidades Produtivas com Escravos	Total de Escravos	Média de Escravos por unid. prod. com Escravos
Mais de 1.000 reses	4	33	8,2
501 a 1.000 reses	10	44	4,4
101 a 500 reses	10	39	3,9
Menos de 100 reses	17	59	3,4
Sem reses	5	29	5,8
TOTAL	46	204	4,4

Fonte: Inventários de Órfãos e Ausentes. São Borja (1850-1885).

Maços: 2,3,4,5,7,9,12,14,15,16. APRS.

Na amostra de inventários, todos os criadores classificados como grandes possuíam escravos. Apesar de serem apenas quatro unidades produtivas, a média de escravos, 8,2 por estabelecimento, era alta para unidades produtivas que não tinham indícios de agricultura, como podemos perceber no capítulo anterior. Tomamos por exemplo alguns dados retirados de um processo. A inventariada Maria Delfina de Jesus¹⁵ possuía 13 escravos, o maior número de cativos encontrados na mostra. No seu inventário estão computadas 2.698 cabeças de gado, entre vacuns, cavalares, muares e ovinos. O inventário não possui a descrição individual da escravaria, porém, também não possui nenhum instrumento agrícola ou qualquer indicativo da prática da lavoura de alimentos. Então, os indícios nos levam a confirmar que os grandes criadores da região estudada realmente utilizavam seus cativos na atividade criatória e como escravos domésticos que, em geral, eram mulheres que cuidavam das diversas atividades da casa.

Entre os criadores médios, dez possuíam escravos em suas unidades produtivas, com uma média de 4,4 cativos por unidade. Apenas dois dos médios criadores não tinham escravos. Utilizaremos o inventariado José Manoel Mendes¹⁶ para exemplificar essa faixa de criadores. Neste inventário estava declarada a presença de cinco escravos, e que este criador possuía terras de campos e terras de matos. Seu rebanho total era de 717 reses. Também aparece no documento uma atafona, instrumento agrícola raro na região. Portanto, nessa faixa de criadores há um pequeno complemento da atividade pecuária com a lavoura de alimentos, com a utilização da mão-de-obra escrava em ambas as atividades.

Dentre os criadores que foram classificados como pequenos, dez possuíam escravos, com uma média de 3,9 cativos por inventário, e o total de unidades produtivas nessa faixa é de vinte e quatro. Tomamos como exemplo o inventariado Antônio José Lopes¹⁷ que possuía terras de campo e terras de matos, quatro escravos, um rebanho de 430 cabeças entre vacuns, cavalares, muares e ovinos e instrumentos agrícolas. Destaca-se dentro desse faixa de criadores a inventariada Ana Maria da Silva¹⁸ pois, em seu inventário aparece a especialização de seu único escravo, Pedro, “vadio e roceiro”. Os escravos roceiros estavam presentes em unidades produtivas que possuíam atividades agrícolas importantes paralelas à atividade pecuária. Como os indícios da prática de agricultura aparecem com maior frequência entre os pequenos criadores, nessa faixa de inventariados pode-se deduzir que existem unidades produtivas mistas, e que a utilização do trabalho escravo estava voltado mais à agricultura.

¹⁵ Cartório de Órfãos e Ausentes, São Borja, Nº: 274, Ano: 1870, Maço: 9.

¹⁶ Cartório de Órfãos e Ausentes, São Borja, Nº: 270, Ano: 1870, Maço: 9.

¹⁷ Cartório de Órfãos e Ausentes, São Borja, Nº: 432, Ano: 1880, Maço: 14.

¹⁸ Cartório de Órfão e Ausentes, São Borja, Nº: 136, Ano: 1860, Maço: 5.

Já, entre os criadores que possuíam menos de 100 reses os escravos estão presentes em dezessete unidades produtivas com uma média de 3,4 cativos por unidade. Utilizaremos o inventário de Ana Maria de Jesus¹⁹ que, apesar de estar acima da média, com cinco escravos, descreve a sua especialização. São dois escravos campeiros que eram responsáveis pelo pastoreio do gado e demais atividades pastoris, as quais exigiam certa habilidade e resistência. Os cativos campeiros eram muito considerados e mais valorizados. O rebanho vacum, nesse inventário, é de 100 reses, e há indícios importantes de agricultura, o que nos leva a crer que, nessa faixa de criadores, os inventariados utilizavam seus cativos na pecuária e também em atividades agrícolas.

Na mostra de inventários analisados aparecem aqueles que não possuem reses. Entre essas unidades produtivas, cinco possuem mão-de-obra escrava, com uma média de 5,8 cativos por unidade. Tomamos como exemplo a inventariada Alexandrina da Silva Flores²⁰ que possui cinco cativos, terras de campo, e instrumentos agrícolas. Por não possuir reses essa inventariada deveria utilizar seus escravos na lavoura de alimentos. Essa prática agrícola tanto poderia servir como meio de subsistência, como para comercialização do excedente da produção.

Na maioria dos inventários *post-mortem* da amostra, nem sempre é declarada pelos inventariados a profissão dos cativos. Portanto, é difícil determinar com exatidão em quais atividades os escravos eram utilizados. Na verdade, os escravos estavam divididos em todas as atividades das unidades produtivas.

A partir da tabela 6, analisaremos por década a frequência de escravos nas unidades produtivas.

Tabela 6- Média de escravos por década

Década	Nº de Unidades Produtivas com Escravos	Total de Escravos	Média de Escravos
1850	15	70	4,6
1860	14	50	3,5
1870	10	52	5,2
1880	7	32	4,5
TOTAL	46	204	4,4

Fonte: Inventários de Órfãos e Ausentes. São Borja (1850-1885).
Maços: 2,3,4,5,7,9,12,14,15,16. APRS.

¹⁹ Cartório de Órfãos e Ausentes, São Borja, Nº: 51, Ano: 1850, Maço: 2.

²⁰ Cartório de Órfãos e Ausentes, São Borja, Nº: 431, Ano: 1880, Maço: 14.

Como podemos perceber a partir dos dados da tabela “6”, na década de 1850, a média de mão-de-obra cativa presente nas unidades produtivas de São Borja é de 4,6 escravos, num total de 70 cativos. Na década de 1860 há uma queda nessa média, que passa a ser 3,5 escravos por unidade. Já na década de 1870, há um aumento na média para 5,2 cativos por inventário. Na década de 1880, uma nova queda na média de escravos que passa a ser de 4,5 cativos por unidade.

Estas variações no contingente da escravaria de São Borja, durante o século XIX, pode ter várias razões. Uma das justificativas para o aumento da média de escravos é, que os criadores façam novos investimentos em cativos. Ou ainda, um aumento nas famílias escravas que se formam nas unidades produtivas, como supostas estratégias dos proprietários para aumentarem seus plantéis. Já para a queda na média de escravos por unidade produtiva, temos de levar em conta os meios naturais (mortes), fugas e vendas de cativos para a região Sudeste que foi uma realidade que influenciou no processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, teve-se por objetivo principal, mapear parte da estrutura produtiva, na área que abrange o antigo Município de São Borja, no período entre 1850-1885. A partir da amostra dos inventários *post-mortem* e da história quantitativa, foi possível articular algumas conclusões sobre o cenário agrário “*A Oeste do Rio Grande*”.

Contrariamente à visão da historiografia tradicional que via o Rio Grande do Sul como um espaço exclusivo da produção pecuária, nosso estudo demonstrou uma realidade mais complexa do universo agrário no oeste do Rio Grande do Sul nos oitocentos. Em tal realidade estavam presentes grandes criadores. No entanto, a grande maioria dos criadores eram médios e pequenos produtores de gado vacum.

Porém, essa pequena elite de grandes criadores detinha grande parte do rebanho, confirmando a existência da concentração produtiva e, conseqüentemente, uma desigualdade econômico-social. Existiam sim, grandes unidades criatórias, mas junto a estas unidades, encontravam-se os médios e os pequenos estabelecimentos que dinamizavam a estrutura produtiva da época. Ainda mais, existiam unidades que possuíam menos de 100 reses, que muito provavelmente seus possuidores não viviam apenas da atividade criatória. Destaca-se que este era o maior grupo dentre os criadores.

No espaço estudado existiam criadores, que não se dedicavam exclusivamente à pecuária. Assim, foi possível constatar, pela presença de instrumentos e equipamentos a existência de lavoura de alimentos

concomitantemente à atividade criatória em algumas das unidades produtivas. Já em relação à cobertura vegetal, alguns criadores possuíam propriedades em terras de campo enquanto outros em terras de campo e mato.

Se não há dúvidas quanto à participação da mão-de-obra escrava nas charqueadas, no que se refere às unidades produtivas tal trabalho, por vezes, foi atribuído apenas à agricultura de subsistência. Neste trabalho, ficou demonstrado que os estabelecimentos do antigo Município de São Borja recorriam com regularidade ao trabalho cativo. É de se destacar ainda, que os escravos deveriam participar de todas as atividades desenvolvidas no interior das unidades produtivas, conforme ficou evidente em alguns inventários *post-mortem* da amostra. Estes cativos poderiam estar ligados tanto às atividades da lavoura de alimentos, quanto às atividades relacionadas à pecuária ou ainda nas atividades domésticas do estabelecimento agrário.

Acreditamos que estudos com este perfil, que privilegiou o território do antigo Município de São Borja, devem ser feitos para todas as localidades do Rio Grande do Sul dos oitocentos. Pela metodologia da história serial, podemos explorar ainda mais a documentação relacionada com o universo rural, tão importante para a identidade sul riograndense. Ao mapearmos a estrutura produtiva de nosso Estado, poderemos entender as complexas relações sociais que se estabeleceram no universo agrário. Este é apenas o início de um estudo que continuaremos em nosso mestrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. 1999. **Sobre as cinzas da mata virgem: os lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845-1880)**. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em História. PUCRS.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. 2002. **Criação de gado e força de trabalho no Rio Grande do Sul a partir das Relações de 1858**. Centro Universitário Franciscano-UNIFRA.

FRANCO, Sérgio da Costa. 1969. A Campanha. In: **RS: Terra e Povo**. Segunda Edição. Porto Alegre: Editora Globo.

FREITAS, Décio; O Mito da Produção sem Trabalho: In: DACANAL, José H. (org.). **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. 1993. "Lãs "estâncias" em la campana de Buenos Aires. Los médios de producción (1750-1815)." In: FRADKIN, Raul O. (org.) **La historia agrária Del Rio de la Prata colonial. Los**

establecimientos productivos (II). Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.

GUAZZELLI, César Barcelos; WASSERMAN, Cláudia. 1996. **História da América Latina: do descobrimento a 1900.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.

LINHARES, Maria Iedda. 1997. **História Agrária.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro. Editora Campus.

MAESTRI FILHO, Mário. 1984. **O escravo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre e Caxias do Sul, Escola Superior de Tecnologia e Universidade de Caxias do Sul.

OSÓRIO, Helen. 1999. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1937-1822.** Niterói. Tese (Doutorado em História). UFF.

XAVIER, Paulo. 1969. A Estância. In: **RS: Terra e povo.** Segunda Edição. Porto Alegre: Editora Globo.

ZARTH, Paulo Afonso. 1994. **Do arcaico ao moderno: as transformações no Rio Grande do Sul do século XIX.** Niterói: Depto. De História, UFF.

ZARTH, Paulo Afonso. 1997. **História agrária do planalto gaúcho (1850-1920).** Ijuí: Editora da UNIJUÍ.